

Governo entrega ao Congresso Orçamento para o próximo ano

Com previsão de receitas e despesas de R\$ 457,4 bilhões, proposta é apontada por ministro como base para o crescimento sustentado da economia, por incluir investimentos em infra-estrutura



Jane Araújo

ENTREGA Fernando Bezerra (E) e Paulo Bernardo (D) participam da reunião em que Mantega leva a Sarney proposta do Orçamento para 2005

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, o projeto do Orçamento Geral da União. As receitas e as despesas

fecham em um total de R\$ 457,4 bilhões – o correspondente a 24,73% do produto interno bruto (PIB). A proposta, segundo o ministro, vai garantir um crescimento sustentado da economia. "Será um crescimento virtuoso, equilibrado,

sem risco de inflação e sem gargalos estruturais, porque vamos investir na infra-estrutura", disse Mantega. O projeto será analisado, inicialmente, pela Comissão Mista de Orçamento e, em seguida, pelo Plenário do Congresso Nacional.

Página 5



Dutra quer ouvir senadores sobre política de trânsito

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, encaminhou ao Senado anteprojeto da Política Nacional de Trânsito. Interessado em ampliar o debate sobre o tema, ele pediu sugestão dos senadores.

Página 8

Base aliada negocia novo texto para as parcerias

O governo mudou sua estratégia para negociar a aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs). Depois de conversar com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, o líder do governo no Congresso, Fernando Bezerra,

anunciou ontem a decisão de buscar um texto de consenso com a base aliada e apresentá-lo à oposição. "Vamos abrir todo o espaço para discutir o mérito do projeto, como fizemos nas reformas tributária e da Previdência", disse.

Página 7

Suassuna vai propor órgão recursal na Lei da Biossegurança

Um conselho de ministros pode dar a palavra final sobre as decisões tomadas no âmbito da Lei da Biossegurança. A novidade deve ser sugerida pelo relator da proposta, Ney Suassuna.

Página 3



EXPERIÊNCIA Calixto destaca currículo diplomático do californiano John Danilovich

Calixto apóia novo embaixador americano

O senador Mário Calixto (PMDB-RO) elogiou a escolha do diplomata John Danilovich para embaixador dos Estados Unidos no Brasil. Segundo ele, trata-se de um nome que atende ao perfil exigido no momento pelo país, principalmente em função da experiência de Danilovich na Costa Rica, onde chefiou missão diplomática.

O senador destacou o currículo do novo embaixador norte-americano, que nasceu na Califórnia, onde também se formou, é casado com Irene Forte e pai de três filhos.

– Da leitura do seu currículo pode-se observar que o embaixador Danilovich é um homem que possui compreensão nítida acerca das responsabilidades de sua posição – frisou.

Mário Calixto ressaltou a vivência empresarial e pública do embaixador. "Além disso, o embaixador John Danilovich tem proximidade com o presidente norte-americano George W. Bush, o que facilitará o trânsito de nosso país junto às autoridades da Casa Branca, abrindo um canal direto com os mais elevados escalões daquele governo", finalizou o senador.

Paulo Octávio elogia Câmara pela criação da Agência de Aviação Civil

■ E pede o empenho dos senadores no exame da matéria, que poderá dar ao país um novo modelo de turismo

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) elogiou a aprovação, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, do projeto de lei (PLC 3.846/00) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em sua opinião, a criação dessa agência representa significativo benefício para a administração pública e para o povo brasileiro.



OBJETIVO Segundo Paulo Octávio, a proposta defende a popularização do transporte aéreo nacional

Paulo Octávio pediu aos senadores que se empenhem no exame da matéria e disse que essa conquista é resultado da mobilização e do diálogo

franco que vêm sendo desenvolvidos entre a sociedade, o Parlamento e o Executivo, no âmbito do Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur).

De acordo com o senador, em consonância com as decisões da quarta edição do congresso, realizada em 2002, um grupo de parlamentares visitou o então candidato a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltando a importância da criação do Ministério do Turismo e da formulação das diretrizes estratégicas do Plano Nacional do Turismo, o que logo se tornou realidade, "uma vez que tais idéias foram totalmente acatadas pelo novo

governo eleito".

No mesmo discurso, Paulo Octávio falou dos problemas da aviação comercial brasileira, mencionando a redução da oferta de vôos e assentos e o aumento de custo das passagens aéreas em detrimento da atividade turística nacional.

– Julgamos ser de fundamental importância o estabelecimento de um novo marco regulatório que aporte uma normatização moderna e eficiente, de modo a assegurar não apenas as salvaguardas da aviação comercial brasileira, mas também a efetiva popularização do transporte aéreo e o desenvolvimento da atividade turística – assinalou.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. Entre os oradores inscritos, estão os senadores Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) e Eduardo Suplicy (PT-SP). As votações em Plenário serão retomadas no dia 13 de setembro, quando recomeça o esforço concentrado.

Visitante ilustre no Congresso

O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano (*na foto, com o presidente Lula*), faz hoje, às 9h30, visita oficial ao Congresso. Ele será recebido no Salão Nobre do Senado pelos presidentes das duas Casas, José Sarney e João Paulo Cunha. Às 11h, Sarney recebe o presidente eleito da Fiesp, Paulo Skaf, e às 12h, a diretora da Federação das Indústrias do Amapá, Telma Gurgel.



Roberto Barros/ABR

Em debate, a Era Vargas

Começa hoje, às 14h30, o ciclo de debates *Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro*. O evento, no auditório do Interlegis, conta com a presença do ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo.

Nova comissão

Pode ser instalada hoje, às 14h30, uma comissão mista para analisar proposta que aumenta a gratificação de estímulo à docência no magistério superior (GED), paga aos professores de instituições federais de ensino superior.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Voto de aplauso à delegação olímpica do país

Por requerimento do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o Senado apresentará voto de aplauso à delegação brasileira que participou dos Jogos Olímpicos de Atenas, na Grécia, onde obteve seu melhor desempenho na história da competição.

Na justificativa do pedido, Sérgio Guerra afirma que, apesar da falta de apoio do governo federal aos atletas brasileiros, a delegação obteve um total de dez medalhas olímpicas, sendo quatro de ouro, três de prata e três de bronze, o melhor resultado do Brasil em qualquer Olimpíada de que tenha participado.

O senador por Pernambuco ressaltou que um projeto de preparação de um atleta de nível internacional somente amadurece após vários anos de trabalho. Portanto, o desempenho dos atletas brasileiros em Atenas foi fruto de uma política esportiva governamental iniciada anos atrás por governos anteriores, baseada na disseminação social da prática desportiva e em investimentos nos esportes de base.

Sérgio Guerra estendeu a homenagem a todos os atletas brasileiros que participaram da Olimpíada, mesmo os que não conquistaram uma medalha, por terem alcançado um resultado expressivo, projetando o Brasil no cenário esportivo mundial.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Suassuna quer conselho para fiscalizar decisões da CTNBio



CUIDADOS Para Suassuna, ainda existem muitas divergências entre os representantes do governo

■ Senador deve propor criação de órgão recursal para confirmar ou não decisões da comissão técnica

O substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao projeto (PLC 9/04) da Lei da Biossegurança deverá incluir a proposta de criação de um órgão recursal, que funcionará por meio de um conselho de ministros com poderes para confirmar ou não decisões da

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Esta comissão deverá ter competência para deliberar sobre pesquisas e comercialização de organismos geneticamente modificados.

A proposta, de acordo com Suassuna, será apresentada no início do próximo esforço concentrado do Congresso, a partir de 13 de setembro, para discussão e votação em reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos

Sociais (CAS).

Após se reunir, na tarde de ontem, com representantes dos ministérios e dos órgãos envolvidos com a matéria, Suassuna admitiu que ainda persistem divergências importantes entre os representantes do governo.

Entre essas divergências estão, principalmente, as relacionadas às atribuições da CTNBio.

A reunião de ontem serviu para ajudar a "aplainar" esses pontos de vista e deverá se repetir na próxima semana, esclareceu o senador.



INSEGURANÇA Zambiasi afirma que indefinição sobre transgênicos aflige produtores gaúchos

Zambiasi teme pela produção de soja no Rio Grande do Sul

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) fez da tribuna um apelo aos líderes partidários para que façam um acordo que permita a votação da Lei da Biossegurança no esforço concentrado do Congresso que começa no próximo dia 13. Ele ponderou que a legislação resolverá um problema que vem afligindo todo o meio rural do Rio Grande do Sul – a legalidade ou não do plantio de soja modificada geneticamente na próxima safra, que começará no estado em poucos dias.

– Há muita insegurança no setor rural gaúcho, que responde por 40% da nossa economia. Os produtores não querem ficar fora da lei, mas as sementes não transgênicas existentes mal atendem a 15% das necessidades. O setor rural brasileiro está esperando o Senado decidir este assunto – afirmou.

O senador informou que, ao manter contato ontem com o presidente do Senado, José Sarney, e com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), ficou sabendo que já existe requerimento para tramitação em caráter de urgência da Lei da Biossegurança. No entanto, alertou, a pauta, que já estava trancada desde a semana passada por conta das mudanças na Lei de Informática, com urgência pedida pelo presidente da República, passaria a ser trancada também por uma nova medida provisória, que estava chegando da Câmara.

De fato, meia hora depois Sarney anunciou a chegada da Câmara da MP 191/04, que, por estar com prazo de tramitação no limite, passou a trancar a pauta de votações.

– Esta MP acende a luz amarela sobre a tramitação da Lei da Biossegurança – lamentou Sérgio Zambiasi.

Morazildo pede MP para área indígena

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) voltou a ocupar ontem a tribuna do Senado para pedir a edição de uma medida provisória (MP) regulamentando a reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, onde, segundo ele, tem havido exploração ilegal de diamante. A falta de regras para a exploração de diamante no local tem provocado, conforme Mozarildo, episódios de violência, como o que vitimou uma mulher que trabalhava em um garimpo na reserva.

– Foi apreendida uma arma de fogo, o que demonstra que o garimpo está funcionando de maneira ilegal, e que o nosso diamante está sendo contrabandeado – alertou o senador.

Mozarildo afirmou que os próprios índios cintas-largas, que habitam a reserva, fixaram prazo de 15 dias para que o governo aja. O senador defendeu o aproveitamento econômico da reserva.

– O certo é que os minerais estão lá, o Brasil está sem dinheiro, com milhões de desempregados, carente de recursos para aplicar na infra-estrutura, a fim de garantir a produção e o emprego. No entanto, essas riquezas não são exploradas – disse o senador, acrescentando que outras reservas também precisam de regulamentação.

Biossegurança: projeto marcado pela polêmica

O Plano Nacional de Biossegurança, ou simplesmente Lei da Biossegurança, está sendo proposto por meio do projeto de lei da Câmara (PLC 9/04) que regulamenta a produção, manipulação e pesquisa de organismos geneticamente modificados (OGMs), ou transgênicos; cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS); reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); e normatiza a pesquisa com células-tronco, com vistas à cura de doenças degenerativas.

Aprovado no ano passado pela Câmara, o projeto chegou ao Senado em fevereiro e, por falta de acordo entre os líderes, ficou dois meses com a tramitação indefinida. A princípio, para dar agilidade, cogitou-se dispensar a passagem da proposta pelas comissões técnicas, indo diretamente a votação em Plenário, mas isso acabou não ocorrendo.

Em razão da importância que o projeto tem para a agricultura, especialmente o cultivo da soja e do milho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu em maio que o Senado agilizasse a votação da matéria e orientou as lideranças a se mobilizarem para tentar aprová-lo ainda no primeiro semestre. A única maneira de cumprir esse prazo seria levar o projeto diretamente ao Plenário no Senado, em regime de urgência urgentíssima.

No entanto, àquela altura, nem sequer os relatores do projeto nas comissões por onde teoricamente deveria tramitar estavam indicados. No fim de



DIGNIDADE Para Flávio Arns, a vida humana deve ser respeitada em qualquer um de seus estágios

maio, na Comissão de Educação (CE), foram realizadas duas audiências públicas para discutir o projeto. Restaram, ao final dos debates, mais dúvidas do que certezas.

Células-tronco

O uso de células-tronco para fins terapêuticos foi tema de debate realizado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 2 de junho. Na ocasião, cientistas defenderam o uso, no Brasil, para fins de pesquisa, das células-tronco obtidas a partir de embriões congelados.

O senador Flávio Arns (PT-PR) mostrou-se partidário da votação separada da regulamentação do uso de transgênicos e da pesquisa com células-tronco. Segundo Arns, a vida humana deve ser respeitada em qualquer estágio.

Para o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), não há como duvidar das técnicas empregadas nas pesquisas com células-tronco. O senador disse confiar na capacidade técnica dos brasileiros nessas pesquisas.

No dia 10 de agosto, a CE aprovou uma forma restrita de utilização de células embrio-



CONFIABILIDADE Tasso Jereissatti não se pode duvidar das técnicas empregadas na pesquisa

nárias humanas. Desde que impróprias para fertilização em laboratório, ou próprias, mas sem perspectiva de serem usadas pelos pais, as células poderão ser manipuladas na busca de técnicas de alteração genética em tecidos humanos, com uma condição adicional: terão de pertencer ao estoque congelado nas clínicas de fertilização.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) havia proposto que seria "permitida a utilização, para fins terapêuticos, de células-tronco de conjuntos celulares embrionários humanos com até cinco dias de formação, produzidos para reprodução por fertilização *in vitro*, e não utilizadas no respectivo procedimento, desde que precedida do consentimento fundamentado de seus doadores".

São caracterizados como crimes no substitutivo a engenharia genética em células germinais ou embriões humanos, a clonagem humana para fins reprodutivos e, entre outras, a produção de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível.

Audiência pública debate projeto da Ancinav dia 14

■ Convidados estão confirmados para o debate. CE discute conselho de jornalistas no dia 15

As mudanças promovidas pelo governo no anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) enfrentarão o primeiro teste no dia 14, quando a Comissão de Educação (CE) realizará audiência pública sobre a proposta. O texto será debatido por representantes de entidades ligadas aos vários setores da indústria do audiovisual do país.

A audiência pública será promovida a partir de requerimento apresentado pelo presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), e aprovado pela comissão. Durante a reunião na qual foi debatido seu requerimento, o senador manifestou especial preocupação em relação aos dispositivos do anteprojeto que poderiam abrir espaço ao exercício da censura e à interferência do governo na produção audiovisual.

A nova versão do anteprojeto, divulgada na segunda-feira (30) pelo Ministério da Cultura, já não conta com alguns dos dispositivos considerados mais polêmicos. Foi retirado, por exemplo, o artigo 8º do texto, segundo o qual a liberdade de



PREOCUPAÇÃO O presidente da comissão, Osmar Dias, requereu a discussão sobre a agência de cinema; Hélio Costa convocou o debate sobre o CFJ

criação seria a regra, “constituindo exceção as proibições, restrições e interferências do poder público”. Na opinião do autor do requerimento, apenas esse artigo já justificaria a presença, na comissão, dos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Comunicações, Eunício Oliveira.

Confirmação

Nenhum dos dois confirmou presença até o momento. Os convites a ambos foram enviados no dia 27. Mas a audiência conta com nomes certos do setor privado. Já acertaram a sua participação o presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão, Antônio Teles; o vice-presidente do Sindicato dos Distribuidores de Cinema do Rio de Janeiro e São Paulo, Rodrigo Saturnino Braga; o diretor-executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg; e o presidente da



Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Ricardo Difini Leite.

No dia seguinte, quarta-feira (15), será realizada pela CE uma nova audiência pública, desta vez a respeito do projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), que já vem sendo discutido na Câmara dos Deputados. O requerimento de realização do encontro foi apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), para quem é necessário ampliar o debate sobre o tema junto à sociedade.

Por enquanto, já confirmou presença o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo. Entre os demais convidados, estão o presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo de Andrade, e o secretário de imprensa da Presidência da República, Ricardo Kotscho.

Mozarildo pede controle sobre acordos com agência da ONU

Baseado em reportagem da revista *Carta Capital*, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) sugeriu ontem que o Congresso assumia, como função institucional, o controle prévio de todos os acordos firmados entre o governo e as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) que atuam no Brasil.

– Tais parcerias apresentam benefícios duvidosos e prejuízos certos – alertou.

Segundo Mozarildo, a revista denunciou que, a partir de 1998, o governo brasileiro iniciou um processo de maciça contratação de consultores, que foram aproveitados em funções tradicionais e legalmente desempenhadas por servidores públicos. No auge desse processo, em 2002, havia quase 10 mil desses consultores lotados nos ministérios, muitos atuando como telefonistas, motoristas e até digitadores, com salários bem mais elevados que os dos servidores públicos.

– Dezenove agências ligadas à ONU operam atualmente no Brasil, administrando recursos da ordem de US\$ 260 milhões em 318 programas. Ocorre que, dos recursos geridos por



ABSURDO Mozarildo afirma que, em 2002, quase 10 mil consultores estavam lotados nos ministérios

essas agências (Unesco, Pnud, OIT, Cepal etc.), apenas 8% são levantados por elas próprias, enquanto o Tesouro Nacional arca com 92% do total, por meio de dotação orçamentária ou empréstimo público – assinalou.

O senador acrescentou que essas agências, além de pouco contribuírem para reunir o capital necessário aos projetos, cobram uma taxa de administração de 3% sobre o valor dos projetos a título de administração e ainda pretendem elevá-la para 5%.

– Por que o Brasil celebra tantos convênios com essas instituições, que não contribuem financeiramente para os programas e ainda cobram taxas para gerenciá-los? Será que o governo brasileiro não tem condições de realizar, por si mesmo, projetos equivalentes? – questionou.

Congresso promove palestra para novos jornalistas

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vão realizar, de 13 a 17 de setembro, o 1º Ciclo de Palestras “O Parlamento Brasileiro: Passado, Presente e Futuro”, voltado para os jornalistas que iniciam suas carreiras na cobertura política. O ciclo de palestras será ministrado em sistema de videoconferência, por meio do Programa Interlegis, comunidade virtual que engloba as diversas esferas do Poder Legislativo, em parceria com as assembleias legislativas dos estados. Dessa forma, os palestrantes, que estarão falando para o público de Brasília, no auditório do Interlegis, no Senado Federal, poderão ser acompanhados pelos par-

ticipantes dos estados, nos auditórios ligados ao sistema Interlegis, nas sedes das assembleias legislativas.

A iniciativa visa municiar esses jovens jornalistas, em início de carreira, com informações qualificadas sobre o Poder Legislativo e sua história.

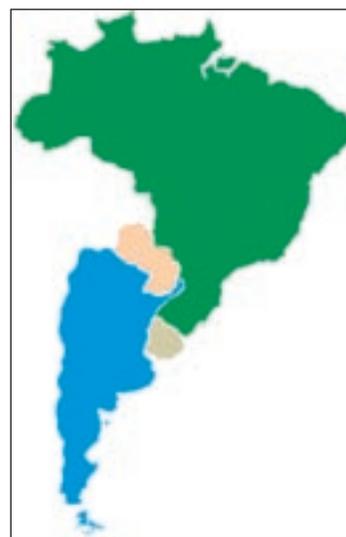
Inscrições

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) emitirá certificado a todos os participantes do ciclo de palestras. De acordo com as vagas disponíveis nos auditórios, poderão também participar das videoconferências os alunos do último ano dos cursos de Comunicação Social, Ciência Política e História.

As palestras serão ministra-

das por consultores do Senado e da Câmara Federal e especialistas nos temas que serão abordados, tais como “Origem histórica do Parlamento”, “O bicameralismo”, “Mídia e Poder Legislativo” e “Legislativo e Executivo”.

As inscrições para o ciclo de palestras já estão abertas e vão até o dia 8 de setembro, no endereço eletrônico disponível nas páginas do Senado Federal (www.senado.gov.br), da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br) e do Programa Interlegis (www.interlegis.gov.br), onde estarão também à disposição dos interessados a programação e informações atualizadas sobre o evento.



Contrabando é tema de seminário em Buenos Aires

“Primeiras jornadas sobre a problemática do contrabando e a política tributária no Mercosul” foi o tema de seminário realizado ontem em Buenos Aires, numa promoção da representação argentina na Co-

missão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC). O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), presidente da representação brasileira na CPC, participou dos debates sobre os prejuízos causados pelo comércio ilegal às indústrias do bloco econômico.

No último dia 7 de julho, em Puerto Iguazu (Argentina), a CPC aprovou um texto em que recomenda “a necessidade de que seus Estados-membros desenvolvam ações coordenadas no campo da prevenção, por meio da harmonização de um sistema normativo que permita a implementação de políticas aduaneiras, comerciais e fiscais conjuntas para combater eficazmente o contrabando, com o objetivo de beneficiar a produção nacional”.

A representação brasileira na CPC é composta por dez senadores e dez deputados e tem como membros natos os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e da Câmara – o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado Carlos Melles (PFL-MG).

Proposta orçamentária reforça as perspectivas de crescimento

■ **Ministro Guido Mantega entrega a Sarney projeto do Orçamento Geral da União para 2005**

O governo cumpriu o prazo constitucional e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, entregou ontem ao presidente do Congresso, José Sarney, o projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU) para 2005. Ao sair da reunião com Sarney, Mantega afirmou que a proposta orçamentária do próximo ano reforça as perspectivas de crescimento da economia colhidas com o resultado do segundo trimestre deste ano.

O ministro disse que telefonou na tarde de segunda-feira



EXAME Mantega passa às mãos de Sarney documento que será encaminhado à Comissão Mista de Orçamento e, depois, ao Plenário do Congresso

para o presidente Lula para transmitir o comportamento do produto interno bruto (PIB) no segundo trimestre deste ano: "Ele ficou satisfeito com o crescimento de 5,7% sobre o mesmo período de 2003".

Mantega explicou que esse desempenho do PIB está se dando de forma "consistente" com os indicadores de recuperação de todos os setores da economia. E informou que o indicador de investimentos

produtivos no país (formação bruta de capital fixo) aumentou 6,8% neste segundo trimestre.

A proposta de Orçamento da União será encaminhada à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que, depois de aprová-la, a enviará para análise do Plenário do Congresso. O relator da matéria será o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O projeto orçamentário não poderá tramitar até que a CMO defina o seu novo regimento. Como os membros da comissão não chegaram a um acordo sobre as novas regras, o presidente do Congresso, José Sarney, terá que decidir se as normas anteriores serão mantidas ou alteradas.

Segundo o presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), a decisão de Sarney deve sair até 14 de setembro.



TRANSPARÊNCIA Sérgio Guerra defende comissão para acompanhar tramitação da lei orçamentária

Sérgio Guerra espera que projeto não seja ficção

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou ontem que a proposta orçamentária para 2005 encaminhada pelo governo ao Congresso será, à semelhança das anteriores, outra peça de ficção e de falta de transparência. Caracterizando sua manifestação como realista, e não oposicionista, o senador sugeriu que o presidente da República dê consistência à proposta do presidente do Senado, José Sarney, de criar uma comissão mista para examinar a tramitação da lei orçamentária no Congresso.

– É preciso reformar amplamente os meios de execução, exame e acompanhamento do orçamento dentro do Congresso – defendeu Sérgio Guerra, para quem é fundamental a participação do Executivo nessa reforma, "para que não se produzam apenas ilusões".

A propósito da execução do orçamento, o líder da Minoria destacou alguns dados referentes a este ano para apontar que é "uma contradição flagrante" o governo falar em desenvolvimento econômico de médio e longo prazos gastando cerca de 5% do investimento público destinado a transportes.

Para Sérgio Guerra, é impossível falar em crescimento sustentado sem investir em áreas estratégicas. Uma análise da execução do Orçamento de 2004 mostra que, dos totais de investimentos para o Ministério da Agricultura, foram gastos apenas 6,61%; Ministério do Desenvolvimento, 5,11%; e Ministério dos Transportes, 2,67%, acrescentou.

– É uma fraude afirmar que o governo Lula dá prioridade aos setores que sustentam o desenvolvimento econômico – ressaltou.

Produto interno bruto deve crescer 4%

O Orçamento Geral da União para 2005, entregue ontem pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, ao presidente do Congresso Nacional, José Sarney, prevê um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4%, contra 3,8% em 2004, uma inflação de 4,5%, uma taxa de câmbio de R\$ 3,16 por dólar e taxas de juros Selic de 13,47% ao ano. O salário mínimo previsto para o ano que vem é de R\$ 281, com possibilidade de ficar acima desse valor, caso o crescimento do PIB seja maior do que o previsto e haja nego-

ciações nesse sentido com o Congresso Nacional.

Guido Mantega afirmou que o orçamento total, de R\$ 457,4 bilhões (24,73% do PIB), vai garantir um crescimento sustentado da economia.

– Será um crescimento virtuoso, equilibrado, sem risco de inflação e sem gargalos estruturais, porque vamos investir na infra-estrutura, e será um crescimento garantido pelo superávit comercial, ou seja, temos margem para importar produtos que eventualmente escasseiem no mercado se houver pressão da demanda

– explicou o ministro. Segundo ele, o crescimento econômico estará conectado com a política macroeconômica, para garantir um crescimento harmonioso e sem riscos.

Mantega disse que, como houve recessão no ano passado, a capacidade ociosa da economia é grande, e o potencial de crescimento também.

– Se houver inflação, não será uma inflação de demanda. E quanto à infra-estrutura, o orçamento canaliza recursos e, além disso, contamos com o investimento privado por meio das parcerias público-privadas,

que esperamos ver aprovadas no Congresso ainda este ano.

Segundo o ministro, o custeio da máquina administrativa vai ser reduzido, com cortes de serviços terceirizados, de serviços de informática, de aluguéis etc. O bolo orçamentário das receitas primárias está dividido assim: 30% para benefícios previdenciários; 20% para pessoal e encargos; 25% para outros custeios e capital; 15% para as transferências constitucionais (como os fundos de estados, municípios e Distrito Federal) e 10% na rubrica resultado primário fiscal e seguridade.

Ministério da Integração é o que mais ganha

O ministério que terá maior aumento de dotação em relação a 2004 é o da Integração Nacional, comandado por Ciro Gomes, que passará de R\$ 911 milhões para R\$ 1,839 bilhão, aumento superior a 100%. O que terá o menor aumento, na verdade uma redução orçamentária, é o Ministério das Cidades, que passará dos R\$ 886,9 milhões de 2004 para R\$ 767,5 milhões.

– No caso da Integração Nacional, o crescimento se deve ao projeto de revitalização do Rio São Francisco, a primeira etapa da transposição das águas, que prevê saneamento



RECURSOS Pasta comandada por Ciro Gomes aumenta dotação de R\$ 911 milhões para R\$ 1,839 bilhão

e outras providências, em um total de R\$ 1 bilhão. No caso do Ministério das Cidades, praticamente mantivemos o mesmo

volume porque é o setor mais beneficiado pelas emendas de parlamentares. Deixamos, pois, uma margem para essas emendas – explicou. Apesar do mau resultado nas Olimpíadas, o Ministério do Esporte também teve uma redução, passando de R\$ 208,7 milhões para R\$ 161,1 milhões.

O ministro garantiu também que o Bolsa-Família será transformado no maior programa social da América Latina, atendendo a 8,7 milhões de famílias. O Fome Zero terá dotação de R\$ 250 milhões.

O Brasil deverá pagar juros e encargos da dívida pública de

R\$ 110,8 bilhões, mas precisará tomar novos empréstimos no valor de R\$ 29,5 bilhões. Deverão ser refinanciados R\$ 935,3 bilhões.

Mantega anunciou a construção da BR-101 Nordeste e a conclusão da BR-101 Sul, de Florianópolis para baixo. Acrescentou que a aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) será fundamental para atrair investimentos de empresas privadas, sobretudo na construção de estradas, portos e ferrovias. Mas garantiu que o uso de medida provisória para implantar as PPPs só ocorrerá em último caso.



VERBAS Serys Silhessarenko destaca liberação de recursos para diversos setores em Mato Grosso

Serys contesta declarações do governador de Mato Grosso

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) afirmou que o governador Blairo Maggi elogia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando está em Brasília, mas, na campanha eleitoral em Cuiabá, declara que o governo federal não tem obras no estado, nem libera recursos para atender às suas necessidades.

– Em Brasília ele distribui

elogios, enquanto em Cuiabá destila veneno – comentou a senadora. Ela informou que “é deslealdade” não reconhecer que o governo federal já liberou cerca de R\$ 15 milhões para a Ferronorte – enviará mais R\$ 51 milhões até o fim do ano – e R\$ 39 milhões para rodovias no estado, “além de muito dinheiro” para os projetos do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ela observou que o governo federal ainda não pôde liberar todos os recursos de que Mato Grosso precisa, mas, salientou, “dizer que não está fazendo nada é ser totalmente desinformado ou utilizar de má-fé, para tentar ganhar as eleições em Cuiabá”.

Serys destacou que o cré-

dito liberado pelo Incra para famílias assentadas no estado já soma R\$ 9 milhões. Parte do dinheiro é para habitação (R\$ 5 mil por família) e outra parte para apoio técnico (R\$ 2,4 mil por família).

A senadora mencionou também a liberação de recursos para as áreas de saúde, esportes, cultura e ações sociais.

Sarney nega que haverá aumento para parlamentares

O presidente do Senado, José Sarney, desmentiu ontem a notícia de que seria estendido aos parlamentares o reajuste pleiteado pelos servidores das duas Casas do Congresso, e considerou “uma fantasia incompreensível” a divulgação de noticiário a respeito.

– Isso não existe. Não há nenhuma possibilidade legal, e nem vontade – garantiu.

Sarney esclareceu, ainda, que “os subsídios dos deputados e senadores são fixados diferentemente em cada legislatura, de maneira que não há como um aumento do funcionalismo do quadro do Senado e Câmara ser estendido a senadores e deputados”.

Reeleição

O senador voltou a dizer que considera “assunto superado” a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado, não considerando correto “raciocinar sobre hipóteses” como a de uma nova votação de emenda nesse sentido. Ele caracterizou como “facciosa” a afirmação de que haveria uma rejeição ao seu nome na bancada do PMDB.

– Isso não é verdade; grande parte, quase a totalidade da bancada, sempre me considerou muito.

Teotonio denuncia onda de autoritarismo no governo

■ Senador diz que Conselho Federal de Jornalismo é uma agressão à liberdade de informar

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou “a onda vertiginosa de autoritarismo do governo federal que vem varrendo o país”, ao destacar artigo de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), publicado no *Jornal do Brasil* do último dia 17.

Teotonio apontou a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e da Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav), e a “tentativa de neutralizar” o Ministério Público e cercar as movimentações dos servidores públicos como pontos-chaves dessa escalada.

Ele considera o Conselho Federal de Jornalismo uma agressão perpetrada contra a



MORDAÇA Teotonio Vilela aponta tentativa de calar o Ministério Público e cercar servidores

profissão e contra a liberdade de informar. Na Ancinav fica consubstanciado o caráter autoritário do governo em relação à cultura, uma vez que a agência deve realizar controle e fiscalização de atividades cinematográficas e audiovisuais, disse.

Em relação ao Ministério Público, o senador imagina a instituição da chamada Lei da Mordada uma forma de

neutralizar a atuação do órgão. Afirmou ainda que o governo pretende assinar um decreto permitindo que o sigilo bancário ou telefônico, uma vez autorizado pela Justiça, possa ser compartilhado por diversos órgãos do governo.

Segundo o artigo de Alvaro Dias, incorporado por Teotonio em seu pronunciamento, “o que existe de fato é um projeto de poder alicerçado numa máquina de propaganda e marketing, de visível contorno autoritário, norteando cada passo do governo”.

Ainda segundo o artigo, é lamentável que o PT esteja apoiando o que os senadores consideram a atuação dúbia do tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Conforme o senador paranaense, “o tesoureiro peregrina pelos meios empresariais levantando fundos para construção da sede do PT paulista e, no interior de Goiás, está ficando famoso por comprar terras com dinheiro vivo”.



AVALIAÇÃO Segundo Lúcia Vânia, Lula “brinca” sem considerar o peso de suas declarações

Lúcia Vânia faz crítica a “gracejos” do presidente

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou sua concordância com editorial do jornal *Folha de S. Paulo* do último dia 19, segundo o qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria procurar “poupar o país de gracejos de gosto e efeitos duvidosos”. O editorial, intitulado “Lula descontraído”, comenta a declaração do presidente de que um dos motivos de sua viagem ao Gabão teria sido o de “aprender como um presidente consegue ficar 37 anos no poder”.

A senadora lembrou que a assessoria de imprensa do presidente afirmou que a declaração foi feita num momento de “descontração”. Para ela, aquele não foi um fato isolado, porque Lula já havia, a título de “brincadeira”, chamado de covardes os jornalistas que não defendem o projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

– Isso permite concluir que ou o presidente “brinca” sem considerar a responsabilidade inerente ao cargo, desconhecendo o peso de suas declarações, ou, então, diz mesmo o que pensa e acredita que a manutenção do poder como a que ocorre no Gabão é saudável para a democracia e são covardes os jornalistas que não pactuam com o autoritário projeto do conselho.

Virgílio quer saber motivo da demissão de chefe da PF

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento pedindo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, informações sobre os motivos que levaram à demissão do diretor da Polícia Federal em São Paulo, Francisco Baltazar da Silva. De acordo com o parlamentar, o jornal *Folha de S. Paulo* denunciou, em 25 de agosto, que a demissão, a pedido, do superintendente, deveu-se a pressões que vinha sofrendo para seu afastamento.

Segundo o jornal, o superintendente da Polícia Federal em São Paulo pediu sua saída

do cargo em carta enviada na manhã do dia 24 ao diretor-geral da PF, Paulo Lacerda. A assessoria da Polícia Federal em Brasília teria informado que Baltazar solicitou o afastamento por “motivos pessoais”.

Investigação

Também de acordo com o relato da *Folha*, citado por Virgílio, a Polícia Federal em Brasília abriu neste ano procedimento para investigar o delegado como suposto cliente do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona – preso recentemente em São Paulo na megaoperação



SUSPEIÇÃO Arthur Virgílio lembra suposto envolvimento do ex-superintendente com doleiro

denominada Farol da Colina.

Baltazar havia sido indicado para o cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem fora chefe de segurança nas quatro campanhas ao Planalto disputadas pelo petista.



DESMENTIDO José Sarney qualifica de “fantasia incompreensível” o noticiário sobre o assunto



ISONOMIA Benefício dado ao município de São Paulo deve ser extensivo a todos, sugere Antero

Antero quer regras iguais no pagamento de dívidas

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu tratamento isonômico para municípios e estados no pagamento das dívidas para com a União. Ele observou que muitos entes da Federação passam por dificuldades para pagar seus débitos e disse que a regra que beneficia o município de São Paulo deve valer para todos.

Segundo Antero, mudança realizada este ano no contrato de refinanciamento da dívida de São Paulo, assinado em 2000, no valor de R\$ 10,7 bilhões, transferiu a data de pagamento do dia 3 para o dia 30 de cada mês.

A alteração foi possível, segundo o senador, pela inclusão de artigo, proposto pelo relator, deputado Hélio Esteves (PT-AP), em uma medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional. A intenção dos parlamentares, afirmou Antero, era ajudar estados que se encontravam em situação de emergência. Contudo, acrescentou ele, um artigo incluído no projeto de conversão apresentado à MP permite a mudança da data.

– Coincidência ou não, a iniciativa foi conveniente para a prefeita de São Paulo, do PT, única a utilizar o dispositivo até agora – ponderou Antero.

Governo volta a negociar as PPPs pela base aliada

■ Estratégia para reduzir resistências internas foi definida ontem entre o líder Fernando Bezerra e o ministro Mantega

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), acertou ontem com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, a estratégia para a nova rodada de negociações sobre o projeto de lei que disciplina o funcionamento e os contratos das parcerias público-privadas (PPPs).

O ponto de partida será discutir o texto com a base aliada do governo, como forma de resolver todas as pendências em relação ao mérito do projeto e não enfrentar mais as resistências internas. Fernando Bezerra informou que o ministro já se colocou à disposição para par-



EMPENHO Bezerra defendeu um amplo processo de discussão sobre o mérito da proposta, que, segundo ele, deve produzir resultados a partir de 2006

ticipar de todas as discussões. Solucionados os problemas na base aliada, o governo deve se reunir com a oposição.

– Vamos abrir todo o espaço para discutir o mérito do projeto, como fizemos nas reformas tributária e da Previdência – declarou Bezerra. Ele afirmou que as PPPs devem produzir resultados em 2006 e 2007.

O líder declarou ainda que há margem dentro da proposta orçamentária para melhorar a previsão de investimentos em 2005, projetados em R\$ 11,4 bilhões. Mantega já acenou com a disposição do governo de reforçar os investimentos em até R\$ 2,5 bilhões, o que corresponde ao valor reservado para emendas parlamentares.

Renan propõe medida que assegura norma de contrato

O senador Renan Calheiros (AL), líder do PMDB, apresentou proposta de emenda à Constituição com o objetivo de proibir a edição de medida provisória que verse sobre normas contratuais. Com a aprovação da matéria (PEC 45/04), que alteraria o artigo 62 da Constituição federal, o senador acredita que os contratos terão maior segurança jurídica, tanto no âmbito público como no privado. A proposta será, conforme o senador, tema central nas discussões das parcerias público-privadas (PPPs), que são contratos de longo prazo e têm sido objeto de intenso

debate no Senado.

– A PEC poderá incrementar os negócios das PPPs, tendo em vista que os parceiros e investidores sempre avaliam, antes de firmarem as parcerias, os riscos legais e jurídicos envolvidos nas operações. A estabilidade legislativa é, sem dúvida, elemento de segurança jurídica, é um vetor de credibilidade institucional e sinaliza que o Estado tem compromisso com a estabilidade de regras pactuadas entre agentes privados ou públicos – observa Renan.

Para o senador, a aprovação da matéria aumenta a “confiança institucional” do país, faci-



ESTABILIDADE PEC apresentada por Renan proíbe a edição de MP que verse sobre normas contratuais

litando a captação de recursos nacionais e externos.

A PEC, que conta com a assinatura de 35 senadores, de todos os partidos, será primeiramente analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde já aguarda a designação de relator.

Seminário discute a importância da Era Vargas

A importância do presidente Getúlio Vargas para modernização da economia brasileira, com a passagem de um Brasil agroexportador para um país industrializado, é o tema do seminário “Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro”, que o Senado, em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), promove hoje e amanhã, a partir das 14h30, no auditório do Interlegis.

A abertura do evento, que integra o Ciclo de Conferências 2004 da Secretaria de Informação e Documentação do Senado, deve contar com a presença do presidente do BNDES, Carlos Lessa, e do ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo.

A primeira conferência será proferida às 15h30 pela professora Maria Helena Capelatto, da Universidade de São Paulo (USP) – “A Presença de Getúlio Vargas na História Republicana” –, com apresentação do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Às 16h30, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) será o moderador da mesa-redonda “O Significado de Vargas para a Sociedade e o Estado no Brasil”, com a participação de professores das universidades Federal Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro e Federal do Rio Grande do Sul.

As discussões prosseguem amanhã, às 15h, com a mesa-redonda “Getúlio Vargas e o Imaginário Político Republicano”, que terá como moderador o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e será apresentada por renomados professores de universidades do país.

Paim condena proposta de reforma trabalhista e sindical

Contrário à reforma da legislação sindical e trabalhista pretendida pelo governo, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que foi com esse ordenamento jurídico que os trabalhadores chegaram ao poder no Brasil, elegendo vereadores, prefeitos, deputados, governadores, senadores e, principalmente, o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.

– Parece-me que o sistema que nos foi deixado por Getúlio Vargas não é tão ruim como alguns apregoam – disse o parlamentar, ao referir-se à recente realização do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reuniu lideranças sindicais para discutir os direitos trabalhistas.

Paim declarou que o objetivo principal do encontro foi marcar posição contra a reforma da legislação sindical e trabalhista

“tramada à revelia das lideranças e com ameaças aos direitos que os trabalhadores conquistaram no século passado”.

De acordo com o senador, a jornada de trabalho no Brasil é uma das mais elevadas do mundo e não encontra paralelo em países de situação econômica semelhante. Como exemplo, informou que, enquanto o operário brasileiro trabalha em média 2.100 horas ao ano, na

Holanda esse número cai para 1.400 horas.

– A situação reclama uma solução urgente porque vem fazendo com que o Brasil apresente, desde 1990, uma perversa combinação de aumento do tempo de trabalho e redução salarial com maiores ganhos de produtividade. Ou seja, o trabalhador trabalha mais, ganha menos e propicia mais lucro ao patrão – ressaltou ele.



CRÍTICA Paim: trabalhador brasileiro trabalha mais, ganha menos e gera mais lucro para o patrão

Ministro pede sugestões para política de trânsito

Senado recebeu ontem o anteprojeto do Executivo com as novas diretrizes propostas para o setor

Foi lido na sessão do Senado de ontem ofício do ministro das Cidades, Olívio Dutra, pedindo sugestões dos senadores ao anteprojeto da Política Nacional de Trânsito, elaborado pelo ministério, em comum acordo com departamentos estaduais e com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O ministro anexou ao ofício cópia do anteprojeto, ressaltando seu interesse em ampliar a dis-



Célio Azevedo

ANÚNCIO Olívio Dutra quer divulgar a política em 23 de setembro, na Semana Nacional de Trânsito

cussão da proposta e receber sugestões dos senadores.

Olívio Dutra, segundo informou, pretende encaminhar as

diretrizes da nova política até o dia 15 de setembro para o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), para apreciação e aprovação. Na sequência, essas ações serão divulgadas no dia 23 de setembro, durante a comemoração da Semana Nacional de Trânsito.

Com a reforma administrativa do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Denatran saiu do âmbito do Ministério da Justiça e passou ao novo Ministério das Cidades. Foi instituído o Sistema Nacional de Trânsito, do qual fazem parte o Contran (com representantes de vários ministérios), o Denatran e os departamentos de trânsito dos estados.

Quintanilha cobra medidas para inserção dos idosos

Ao mesmo tempo em que comemorou o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) reivindicou medidas de inserção social da população acima dos 60 anos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados pelo parlamentar, revelam que 8,7% (cerca de 15 milhões) dos 180 milhões de brasileiros estão nessa faixa etária, que deverá contar com cerca de 40 milhões de pessoas nos próximos 20 anos.

– O Brasil não é mais um país jovem – atestou Quintanilha, creditando a ampliação da longevidade da população a investimentos em saúde, saneamento, habitação e alimen-

tação. Ainda segundo o IBGE, informou o senador, em 2050 o brasileiro nascerá com expectativa de vida de 81 anos.

Embora considerando importante a longevidade conquistada pelos brasileiros, o representante do Tocantins alertou para a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos idosos brasileiros. Quintanilha reconheceu os avanços na rede de proteção e apoio ao segmento, mas cobrou das universidades, por exemplo, um maior incentivo à formação de geriatras nos cursos de Medicina.

– É preciso que os profissionais de saúde estejam preparados e qualificados para tratar do envelhecimento da popu-



Roosevelt Pinheiro

MUDANÇA Quintanilha comenta dados do IBGE sobre aumento da longevidade da população brasileira

lação – observou, lamentando que existam, hoje, apenas 500 geriatras em atuação no país. A queda na fecundidade da mulher brasileira também foi relacionada à ampliação do contingente de idosos, situação que deve prosseguir e levar o crescimento populacional a se estabilizar em 2062, segundo prognóstico do IBGE.



Anand Rio

MENSAGEM Peça escrita e encenada pelo artista popular Josias Wanzeller, servidor do Senado, defende o fim da violência e a proteção dos animais

Mamulengo encanta crianças na Bienal do Livro do Ceará

A aluna do Colégio Fagundes Varela, de Fortaleza, Larisa Bentemiller de Oliveira, de 7 anos, nunca tinha assistido a uma apresentação de mamulengo. E nem sequer sabia que existia aquele tipo de teatro, no qual, por detrás de uma empanada, um homem manipula bonecos com as mãos e cativa a platéia encenando histórias, geralmente engraçadas. Nesta semana, no pavilhão destinado às crianças instalado na 6ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, ela assistiu à brincadeira do servidor do Senado, o artista popular Josias Wanzeller.

– Foi muito legal. Ele mostrou que o livro é nosso amigo. Também gostei quando resolveram não matar a cobra e mandaram ela para um zoológico, para ela não engolir mais ninguém – comentou Larisa.

Para melhor entender o comentário da aluna, é preciso conhecer a história encenada por Josias, *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, da qual ele também é autor. Tião se apaixona pela filha de um coronel-fazendeiro. O amor é correspondido, mas

o pai é contra. O casal marca o casamento, Tião promete a Chiquinha um buquê para a festa e delega a Futrica, primo da noiva, a responsabilidade de plantar as flores. Chiquinha fica feliz e vai dançar com Tião.

No meio da dança, a noiva desmaia. Tião sai para buscar socorro e, na sua ausência, surge uma cobra (figura tradicional do mundo fantástico do mamulengo) que engole Chiquinha e depois Tião, o coronel e até as flores, sob os protestos da criança. Apenas uma flor resta no jardim.

Futrica tenta dominar a cobra usando a flor que restou. As pessoas engolidas pedem socorro e ele vai retirando um por um, até que sobra o seu tio. Futrica impõe uma condição para salvar o coronel: que ele aceite o casamento de Tião com Chiquinha. O fazendeiro termina concordando.

Por fim, Futrica indaga o que deve fazer com a cobra, que acaba sendo levada para um zoológico. O casamento termina acontecendo, com direito a muito forró, comidas e bebidas, na casa do coronel.

Comissão que examina gratificação para professores deve ser instalada hoje

A comissão mista nomeada para examinar a medida provisória (MP) que eleva os percentuais da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) do magistério superior deve ser instalada hoje, às 14h30. A MP (208/04), editada no último dia 20, altera a Lei 9.678/98. A comissão, composta por 12 deputados e 12 senadores, apresentará parecer que primeiro será votado na Câmara, seguindo

depois para exame no Senado.

Deverão receber o aumento da gratificação os professores das instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação e das instituições de mesma natureza do Ministério da Defesa. De acordo com justificativa do Executivo, a proposta tem por objetivo completar o ciclo de reajustes diferenciados concedidos aos servidores públicos

federais da área de educação neste ano, como parte das negociações entre o governo federal e a entidade representativa dos docentes (Andes).

A proposta aumenta o valor do ponto de gratificação por classe, nível de titulação e regime de trabalho. Com isso, o governo acredita permitir a valorização dos servidores em função de sua qualificação e dedicação de maior tempo

às atividades docentes. A MP também eleva os proventos de aposentados e pensionistas.

Segundo estimativas do governo, a medida alcança 73,4 mil servidores. As despesas relativas a 2004 foram incluídas na Lei Orçamentária deste ano e, para 2005 e 2006, o montante é compatível com o aumento de receita esperado com o crescimento da economia.

O comando nacional de greve

dos professores divulgou nota em que critica a MP, afirmando que a proposta representa o fim das negociações e a quebra da confiança da categoria para um desfecho favorável.

A comissão tem prazo de 14 dias após a publicação da MP no *Diário Oficial da União* para emitir seu parecer. A Câmara tem 28 dias para votar o texto e o Senado até o 42º de vigência da medida.